



**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.**

**Comissão de Finanças e Orçamento.**

Projeto de Lei 38/2025.

**Relator Comissão L.J.R.F:** Wagner da Cunha Fortunato.

**Relator Comissão de Finanças e Orçamento:** Vereador Evandro Soriano da Silva.

**DISPÕE SOBRE O REAJUSTE GERAL ANUAL DE  
VENCIMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.**

**PARECER EM CONJUNTO.**

**I – O PROJETO DE LEI.**

Numerado como Projeto de Lei 38/2025, tem a finalidade promover o reajuste geral anual de vencimentos aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal, no percentual de 7% (sete por cento) sobre o vencimento base dos servidores públicos ativos, dos cargos em comissão, das funções de confiança, inativos e pensionistas com paridade do Poder Legislativo Municipal.

É o necessário para a compreensão do tema.



## II – ASPECTOS FORMAIS E DE MÉRITO.

O aspecto de mérito pertinente à Comissão de Finanças e Orçamento diz respeito ao equilíbrio orçamentário da criação de despesas.

O Projeto de Lei 38/2025, deve respeitar a Constituição Federal (art. 169, § 1º, incisos I e II<sup>1</sup> c/c art. 113, do ADCT<sup>2</sup>) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 16<sup>3</sup>).

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de

---

<sup>1</sup> Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

<sup>2</sup> Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

<sup>3</sup> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.



crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (Cf. art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000).

Os estudos orçamentários pertinentes estão presentes nos autos e foram realizados valendo-se da metodologia legal e são os instrumentos da responsabilidade fiscal.

Portanto, no aspecto formal e de mérito, o Projeto de Lei 38/2025 é legal e constitucional.

### III – DA CONCLUSÃO.

Diante de tudo que foi exposto, o Projeto de Lei 38/2025, é perfeito quanto ao aspecto formal e de mérito.

Portanto, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** do projeto de lei acima referido.

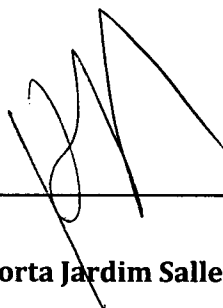
Sala das Comissões, 29 de abril de 2025.

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.



**Wagner da Cunha Fortunato.**

**Vereador Relator.**



**Roberto Horta Jardim Salles.**



**José Otávio Ferreira de Abreu.**

**Presidente da Comissão de L.J.R.F**

**Vice-Presidente da Comissão de L.J.R.F**



**Comissão de Finanças e Orçamento.**

**Evandro Soriano da Silva**

**Vereador Relator**

Acompanham as conclusões do Relator os demais membros da presente Comissão.

**Mário Hermínio da Silva Carvalho**

**Vereador Presidente da Comissão de  
Finanças e Orçamento**

**Júlio Cezar da F. Alves**

**Vereador Vice-Presidente da  
Comissão de Finanças e Orçamento**